

À Pregoeira, Sra. Quetura Lima S. Scarmanhã
Processo Licitatório nº 476/2019
Pregão Presencial nº 11/2019

PARECER DA DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Trata-se de solicitação de parecer jurídico relativo ao recurso administrativo interposto pela empresa **BIO G SISTEMA DE SANEAMENTO LTDA. - EPP** quanto à habilitação da empresa **ACETECNO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.** ocorrida na sessão do Pregão Presencial nº 11/2019, Processo Licitatório nº 476/2019, cujo objeto se refere à *"contratação de empresa especializada para fornecimento, montagem e pré-operação de uma estação de tratamento água: Compacta, aberta, não pressurizada e fabricada em aço carbono, com capacidade de tratamento de 252m³/hora"*.

Resumidamente, a empresa recorrente alega que a recorrida, ambas acima descritas, não tinha condições de ser julgada habilitada no certame, pois seu objeto social não corresponde ao ramo do objeto licitado, descumprindo deste modo o subitem 3.1 do edital, no qual possui a seguinte redação: *"Poderão participar da licitação empresas brasileiras ou estrangeiras em funcionamento no Brasil, pertencentes ao **ramo do objeto licitado**...."*.

Para corroborar com essa alegação, a recorrente utiliza-se da redação da cláusula 06 do contrato social da recorrida, bem como do seu registro no CREA - Conselho Regional de Engenharia e também de seu CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas, ambas transcritas e encartadas nas fls. 04 da peça recursal constante nos autos.

Não obstante, a recorrente também alega que o responsável técnico apresentado pela recorrida, Sr. Humberto de Angelis não atende as condições necessárias para desempenhar os serviços objeto desta licitação, pois por se tratar de

engenheiro mecânico não possui qualificação para o desenvolvimento de estações de tratamento de água, sendo essa atribuição pertencente apenas ao engenheiro sanitário.

A recorrente expõe seus motivos no que tange à aptidão técnica do responsável pelo desenvolvimento da estação de tratamento de água tendo por base às atribuições do engenheiro mecânico e do engenheiro sanitário previstas respectivamente no Art. 12 e Art. 18 do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, conforme transcreveu nas fls. 06 de sua peça recursal interposta aos autos.

Em contrapartida, de maneira resumida a recorrida contrarrazou o recurso interposto alegando que o recurso da recorrente possui a precípua finalidade de tumultuar e prejudicar o andamento do certame, já que a recorrida atendeu e demonstrou documentalmente na sessão do pregão presencial ter todas as condições necessárias para ser habilitada nesta licitação.

Ao começar pela questão do objeto social, a recorrida utiliza como sustentação de habilitação, o próprio argumento explanado pela recorrente, já que no objeto social da recorrida, no seu CNAE, consta exatamente o mesmo CNAE da recorrente, que é o seguinte: "*Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental, peças e acessórios*", o que então segundo a recorrida torna-se claramente infundada os motivos exarados pela recorrente quanto a este ponto, fls. 06 de suas contra-razões recursais.

Não obstante, com a finalidade de ratificar que a empresa possui totais condições de atender o objeto licitado proposto pela autarquia, a recorrida demonstrou por meio dos atestados de capacidades técnicas emitidos pela empresa KLABIN S.A e pela COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN, que ela já forneceu e instalou uma ETA - Estação de Tratamento de Água para essas pessoas jurídicas, ou seja, o objeto deste processo licitatório se enquadra perfeitamente no objeto

social da empresa e no CNAE existente no registro do seu CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, fls. 07 e 08 de suas contra-razões recursais.

Já quanto à questão da aptidão técnica do responsável pelo desenvolvimento da estação de tratamento de água, Sr. Humberto de Angelis, levantada pela recorrente como sendo outro motivo para que a recorrida não seja julgada habilitada no processo, a recorrida em suas contra-razões novamente afirmou serem infundadas as alegações no recurso administrativo interposto, tendo como um dos fundamentos o CAT - Certidão de Acervo Técnico apresentado nos autos, nos quais passaram pelo crivo do CREA de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no qual somente serão emitidas se as atribuições estiverem de acordo com o que é estabelecido no CONFEA, fls. 08/10 de suas contra-razões recursais.

Ato contínuo, a recorrida também se valeu em sua fundamentação na manifestação de contra-razões de pesquisa feita ao próprio CREA/SC quanto à responsabilidade técnica pela fabricação de uma Estação de Tratamento de Água, cuja resposta foi que o profissional habilitado seria o engenheiro mecânico, de acordo com que dispõe o Art. 12 da Resolução 218/73 do CONFEA, sendo deste modo descabidas as alegações quanto à questão mencionada trazida aos autos pela recorrente, conforme consta nas fls. 11 das contra-razões recursais.

Por fim, diante das peças recursais apresentadas se tratarem de questões de ordem técnica, o processo licitatório foi encaminhado ao Membro Técnico da Comissão Permanente de Licitação, o Engenheiro Civil, Sr. Sérgio Marcos Pinto, no qual em resumida síntese emitiu parecer técnico de modo a **NÃO** acolher o recurso interposto pela licitante **BIO G SISTEMA DE SANEAMENTO LTDA. - EPP**, argumentando que a empresa **ACETECNO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.** atendeu todas as especificações técnicas previstas no edital.

De acordo com que consta no parecer técnico emitido pelo aludido engenheiro civil, o CNAE registrado no CNPJ da recorrida é plenamente suficiente para habilitar a licitante ao certame, tendo em vista que existe a exigência de pertencer ao ramo de atividade e não da fabricação de estação de tratamento de água propriamente dita, e como consta em seu contrato social a denominação "*Fabricação de Equipamentos para Tratamento de Água*" e no seu CNAE "*Fabricação de Máquinas e Equipamentos Para Saneamento Básico e Ambiental, Peças e Acessórios*", não existe fundamento para desclassificá-la do certame no que tange a questão ora tratada.

Sobre a alegação de incompatibilidade das atividades desenvolvidas e das atribuições do engenheiro mecânico, Sr. Humberto de Angelis, apresentado pela recorrida, o membro técnico da comissão de licitação também alegou que os atestados acompanhados do CAT devidamente registrado no CREA/SC, no qual consta o objeto o fornecimento de estação de tratamento de água (equipamentos), cuja descrição faz referência exatamente ao objeto deste processo licitatório.

Continuamente, o Sr. Sergio Marcos Pinto tem posicionamento idêntico à alegação da recorrida em sede de contra-razões relatando que é o engenheiro mecânico o profissional legalmente habilitado no CREA pela fabricação de estação de tratamento de água em aço carbono, cabendo ao engenheiro sanitarista ou outro devidamente habilitado a apresentação da memória de cálculo, memorial descritivo e planta geral que deverá ser apresentada no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão da ordem de início de serviço, concluindo então que são insustentáveis os motivos explanados pela recorrente.

Após a exposição dos motivos do recurso interposto pela licitante **BIO G SISTEMA DE SANEAMENTO LTDA. – EPP**, bem como das contra-razões trazidas pela empresa **ACETECNO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.** e da manifestação do membro técnico da comissão licitatória, o Engenheiro Civil, Sr. Sergio Marcos Pinto, embora esteja bem claro

qual o correto prosseguimento a ser trilhado no processo licitatório, por conta do que já foi relatado neste presente parecer em conjunto com os documentos constantes nos autos, a Divisão de Assuntos Jurídicos de maneira sucinta tece as seguintes considerações:

Primeiramente, a questão trazida pela recorrente referente ao objeto social da recorrida e o respectivo CNAE registrado no seu CNPJ não atenderem o subitem 3.1 da carta editalícia mostra-se claramente infundada, sem qualquer subsídio jurídico, pois conforme os argumentos comprobatórios perfilados pela recorrida e pelo membro técnico da comissão licitante, o objeto social da contrarazoante: "...fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico" constante em seu contrato social enquadra-se perfeitamente no objeto licitado.

A assertiva transcrita no parágrafo anterior fica ainda mais evidente, como se já não fosse transparente o possível, se analisá-la conjuntamente com os atestados de capacidade técnica trazidos pela recorrida, no qual evidenciam claramente que a empresa realiza a fabricação de estação de tratamento de água como uma de suas atividades, e com a manifestação técnica do membro da comissão licitatória pertencente a área de engenharia, no qual justificadamente afirma que objeto social da empresa pertence ao ramo da atividade ligada ao objeto do processo licitatório.

A justificativa da recorrente para inabilitar, desclassificar do certame a licitante recorrida é tão pífia, que basta apenas observar o objeto social no contrato social de cada uma das 03 (três) empresas que vieram participar do certame, para atingir esta conclusão, já que nenhuma delas possui em seu contrato constitutivo como ramo de sua atividade descrição exatamente igual ao objeto que foi licitado neste certame, o que não faz com que elas sejam consideradas inabilitadas por isso, longe disso, pois se tal entendimento prevalecesse, inúmeros princípios norteadores do ordenamento jurídico licitatório estariam sendo drasticamente descumpridos.

Ademais, do mesmo modo que o objeto social da recorrida, que por sinal possui aprovação junto ao CREA/SC, a leitura de seu CNAE existente no registro do seu CNPJ também se percebe que o ramo de sua atividade é plenamente compatível com o objeto licitado, mesmo ele não possuindo uma descrição tão completa quanto o objeto social da empresa.

Aliás, quanto a esta questão é necessário pontuar que, pode-se interpretar que restringir a participação de licitante pelo motivo de ausência da CNAE específica fere o princípio da ampla competitividade, um dos pilares do ordenamento jurídico licitatório.

Neste diapasão, segue claro entendimento do **TCU - Tribunal de Contas da União**:

*"Considerando que diante do decidido no precedente Acórdão 1.203/2011 - Plenário, segundo o qual **o CNAE não deveria, sozinho, constituir motivo para a inabilitação em processo licitatório, havendo outros meios de comprovação da compatibilidade do ramo de atuação da empresa com o objeto da licitação, a exemplo o contrato social**, o Relator determinou a realização de diligência ao Senac/MG, com vistas à obtenção de cópia do contrato social da licitante vencedora da licitação, bem assim, objetivando o envio de outras informações[...]. (TCU. Processo TC nº 029.380/2013-8. Acórdão nº 42/2014 - Plenário. Relator: Ministro Augusto Sherman).*

No mesmo sentido, a **Receita Federal** já deu entendimento de que o objeto social da empresa deve prevalecer sobre o código da CNAE:

EMENTA: SIMPLES NACIONAL. OPÇÃO. INDEFERIMENTO. ATIVIDADE VEDADA. PREVALÊNCIA DO OBJETO SOCIAL SOBRE O CÓDIGO DA CNAE. O objeto social, para efeito de certificação da

atividade econômica explorada, prevalece sobre o código da CNAE. É insubsistente o Termo de Indeferimento de Opção pelo Simples Nacional apoiado numa suposta base fática anunciada neste último, quando o objeto social aponta para outra realidade. **(Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Porto Alegre – 6ª Turma. Portal Fazenda do Governo Federal. Disponível em: <<http://decisoes.fazenda.gov.br/netacgi/nph-brs?d=DECW&f=G&l=20&n=DTPE&p=48&r=952&s1=&s2=6&s4=&u=/netahtml/decisoes/decw/pesquisaDRJ.htm>>. Acesso em: 22 fev. 2016).**

No que tange à aptidão técnica do responsável pelo desenvolvimento da estação de tratamento de água indicada pela recorrida, Sr. Humberto de Angelis, que também foi indagada como fator para inabilitar a contrarrazoante do certame, verifica-se mais uma vez que são claramente inconsistentes e infundados os motivos apresentados pela recorrente, conforme os documentos constantes nos autos e as manifestações da recorrida e do membro técnico da comissão licitatória.

Os próprios atestados acompanhados do CAT devidamente registrados no CREA/SC demonstram que a responsabilidade técnica do profissional, engenheiro mecânico, Sr. Huberto Angelis, na fabricação de estação de tratamento de água, tornando assim insustentável a argumentação da recorrente sobre o não cumprimento do termo de referência encartado nos autos.

Não obstante, a resposta obtida do CREA/SC sobre o questionamento de qual seria o profissional responsável pela fabricação de estação de tratamento de água trazida pela recorrida em suas contra-razões, esclarece de vez que o engenheiro mecânico é profissional incumbido dessa responsabilidade, posição esta também compartilhada pela área técnica da comissão licitatória.

Diante do exposto, baseando-se nos documentos constantes nos autos, nos argumentos exarados pelas licitantes, na manifestação do membro técnico

da comissão licitatória e no ordenamento jurídico licitatório vigente, a Divisão de Assuntos Jurídicos recomenda que seja **INDEFERIDO** o recurso interposto pela licitante **BIO G SISTEMA DE SANEAMENTO LTDA. - EPP**, mantendo deste modo habilitada e classificada a licitante recorrida **ACETECNO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.** neste certame licitatório.

Pedreira, 27 de junho de 2019.

Serviço Autônomo de Água e Esgoto



JOSÉ EDUARDO GRACIOLA
OAB/SP 308.767